



com o povo
avancar na luta
**desenvolver
o Alentejo!**



**PROJECTO
DE MANIFESTO**

*Propostas e soluções
para **um Alentejo
com Futuro***





PROJECTO DE MANIFESTO

Índice

1 - Introdução	3
1.1. O Alentejo não é uma região pobre	3
1.2. Visão integrada para o desenvolvimento do Alentejo	3
1.3. Princípios da política patriótica e de esquerda	4
2. Melhorar as condições de vida no Alentejo – questões sociais	6
2.1. Salários, pensões e direitos dos trabalhadores	6
2.2. População imigrante. Integrar, com direitos	6
2.3. Fixar e captar população	7
2.4. Medidas para garantir o Progresso social	7
3. Visão integrada de Planeamento, participação e programação	12
3.1. Plano de Apoio à Base Económica e Programa de Infra-estruturas Públicas no Alentejo	12
3.2. Plano Estratégico para a zona de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	13
3.3. Programa Estratégico de Desenvolvimento Territorial da Área de Sines	14
4. Defesa do Ambiente e preservação dos recursos naturais	15
4.1. Política Ambiental	15
4.2. Prioridades	15
4.3. Mecanismos de compensação territorial	16
5. Diversificar a base económica e produtiva no Alentejo	17
5.1. A importância da base económica	17
5.2. Agricultura	17
5.3. Actividade mineira	18
5.4. Indústria transformadora	19
5.5. Serviços	19
5.6. Turismo	20
5.7. Comércio	20
5.8. Micro, pequenas e médias empresas	20
5.9. As pescas e a economia do mar	21
6. A ciência e a Tecnologia ao serviço do desenvolvimento e do progresso social	22

7. Território, equipamentos e infra-estruturas	23
7.1. Qualificar o território	23
7.2. Potenciar as infra-estruturas	23
8. Transportes, Acessibilidade e comunicações	24
8.1. Importancia estratégica	24
8.2. Mobilidade	24
8.3. Ferrovia	24
8.4. Rodovia	25
8.5. Transportes Públicos	25
8.6. Aeroporto de Beja	26
8.7. Comunicações e transição digital	26
9. Protecção Civil, socorro e segurança das populações	27
9.1. Protecção Civil e segurança das populações	27
9.2. Bombeiros	27
9.3. Prevenção de riscos e catástrofes	27
9.4 Sistema integrado de Emergência Médica	28
9.5. Forças de segurança	28
10. Organização Administrativa, poder local e regionalização	29
Notas finais	29



1 - Introdução

1.1. O Alentejo não é uma região pobre. O PCP é a única força política que tem um projecto integrado para o desenvolvimento do Alentejo.

1.1.1 O Alentejo não é uma região pobre. Pelo contrário tem inúmeras riquezas, começando pelo seu povo, a sua rica cultura e os seus recursos naturais e do subsolo, com condições para um desenvolvimento sustentado da região assente numa mudança de política ao serviço dos trabalhadores, do povo, do País e da região.

A causa funda de vários problemas que afectam a região Alentejo reside na política de direita que tem sido prosseguida e praticada há décadas e que no Alentejo se saldou no desinvestimento na produção nacional, na falta de visão estratégica para o desenvolvimento agrícola, na entrega dos campos aos grandes grupos económicos, no predomínio de capital intensivo e financeirização em diversas áreas, nas promessas investimentos nunca cumpridas, na falta de equidade e critérios transparentes na definição de programas e aplicação dos Fundos Estruturais, no encerramento de serviços públicos regionais e locais de proximidade e na recusa em levar por diante a Regionalização.

A política de direita, praticada por sucessivos governos do PS e PSD/CDS, agora apoiada por Chega e IL tem pesadas responsabilidades em fenómenos muito negativos que afectam o Alentejo e as suas populações, tais como a persistência de saldos naturais negativos, o despovoamento em várias zonas da região ou os problemas de esgotamento de solos e recursos hídricos, a título de exemplo.

1.1.2. O PCP é a única força política com um projecto integrado para o desenvolvimento do Alentejo. A concretização desse projecto dependerá em grande medida da luta, e da força

que o PCP tiver para conquistar e impor medidas que beneficiem a região Alentejo e o seu povo.

O projecto integrado para o desenvolvimento do Alentejo, tem como elementos principais: a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e das populações; a diversificação e desenvolvimento da base económica, orientando-a para o desenvolvimento regional e o interesse nacional; a dotação e cobertura da região por um sistema de infra-estruturas (sociais, económicas, logísticas e ambientais) que potencie as condições de desenvolvimento da região; a preservação do património ambiental e a utilização eficiente dos recursos naturais; a promoção e defesa da cultura da e na região; a regionalização e o reforço do Poder Local Democrático.

1.2. Uma visão integrada para o desenvolvimento do Alentejo, elementos principais.

1.2.1. A visão integrada que o PCP assume assenta numa perspectiva global, que partindo dos recursos e potencialidades existentes, tem como objectivo a fixação das populações e a promoção do bem-estar, tendo como um dos seus elementos centrais a criação de uma base económica, assente na aposta nas potencialidades e condições existentes na região, na diversificação, que se ancore e tire partido de uma adequada rede de infra-estruturas, interligada com o suporte de políticas e equipamentos sociais, incluindo o reforço de uma rede de instituições que fomenta a participação dos interessados e dê um contributo relevante para a afirmação de uma visão própria do Alentejo, que tenha em conta o contexto nacional e internacional.

1.2.2. Constituem igualmente elementos centrais da visão integrada para a região, a valorização do trabalho e dos trabalhadores incluindo a vertente salarial e das pensões, a dignificação dos

elementos produtivos que aproveitem as potencialidades existentes e dê resposta às necessidades da região e do País, a dinamização do sector científico e tecnológico, uma distribuição justa da riqueza produzida e criada, e uma significativa aposta no investimento público. São aspectos que interagem uns com os outros, funcionando como factores de aceleração do desenvolvimento, transformando o círculo vicioso que a região atravessa devido aos estrangulamentos que a política de direita provoca, num efeito catalisador que permita o desenvolvimento, a redução das desigualdades territoriais e o combate às desigualdades sociais. O Alentejo tem futuro, necessita é de outra política.

1.3. Princípios da política patriótica e de esquerda

1.3.1. A solução para o desenvolvimento equilibrado e o progresso social do Alentejo, é inseparável da construção de uma política alternativa para o País que tem como primeira condição a ruptura com a política de direita, seja ela prosseguida por PS ou PSD, com ou sem a participação dos seus sucedâneos. Este é um elemento central para pôr fim e inverter o caminho de domínio e comando da política nacional pelos grandes grupos económicos.

Uma política patriótica e de esquerda que concebe a democracia nas suas indissociáveis dimensões política, económica, social e cultural e a sua realização plena em condições de igualdade de todos os cidadãos.

Uma política alternativa, patriótica e de esquerda, que assume a defesa dos interesses nacionais e da soberania, que se identifica e dá expressão ao conteúdo, desígnios e objectivos da Constituição da República Portuguesa. Que defende a Paz, a resolução pacífica dos conflitos, o direito à soberania e autodeterminação dos povos e a cooperação.

1.3.2. Uma política que dá resposta e expressão a seis objectivos fulcrais para um outro rumo de desenvolvimento para o País e para o Alentejo.

A defesa e concretização dos direitos dos trabalhadores e das populações, que valorize o trabalho e os trabalhadores, aposte no emprego com estabilidade e direitos, distribua de forma justa a riqueza produzida, eleve os salários e pensões, combata a emigração determinada por razões económicas, aposte numa política humanista de migrações e integre os trabalhadores imigrantes, que assuma uma política fiscal mais justa, garanta apoios sociais para uma vida melhor, garanta o direito constitucional à habitação e assuma o carácter público e essencial da segurança social.

A afirmação do interesse nacional, e das suas diversas regiões, que ponha ao serviço do povo e dos seus interesses os recursos e instrumentos necessários para o desenvolvimento e o progresso, combatendo dependências externas, imposições e domínio do capital estrangeiro sobre a economia e os recursos.

A aposta no desenvolvimento da produção nacional, garantindo que o desenvolvimento e modernização da base económica, do tecido produtivo e dos serviços corresponde às necessidades da região e do País, aos direitos e aspirações dos trabalhadores e do povo, afirmando a propriedade social e do papel do Estado na economia no quadro de uma economia mista como consagrada na Constituição da República Portuguesa. A garantia da soberania alimentar do País, desígnio para o qual um correcto modelo agrícola no Alentejo é central.

A garantia de um Estado ao serviço do povo, com a defesa e efectivação dos direitos sociais, a defesa, modernização e fortalecimento dos serviços públicos, a garantia de meios e infra-estruturas públicas ao serviço das populações e dos seus direitos, como o direito à mobilidade e ao transporte público. A salvaguarda, defesa e reforço de direitos e serviços públicos essenciais como o Serviço Nacional de Saúde, geral, universal e gratuito e a afirmação da escola pública gratuita, de qualidade e inclusiva. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia posta ao serviço do povo; a promoção dos direitos e do bem-estar das crianças e dos jovens; a defesa do

direito à produção e fruição cultural, a valorização, protecção e promoção do património cultural material e imaterial; a promoção e democratização do acesso ao desporto.

A garantia de um País e de uma região coesa e equilibrada. O combate às assimetrias de desenvolvimento, no plano nacional e no plano regional, garantindo coesão e equilíbrio no desenvolvimento. A defesa e protecção dos recursos naturais, da paisagem e do meio ambiente. A defesa do interior e do mundo rural, a valorização e defesa do poder local democrático, a concretização da regionalização,

um correcto ordenamento do território e uma política ambiental que salvguarde a natureza e os interesses das populações.

A defesa da Democracia, a promoção e efectivação dos direitos, liberdades e garantia dos cidadãos e o reforço da sua participação na vida social e política do País e da região nas suas diversas vertentes. O fim dos privilégios no exercício de cargos públicos. A defesa da Constituição da República Portuguesa e do regime democrático que esta consagra. O combate a todas as discriminações, ao racismo, à xenofobia e aos projectos e forças reaccionárias e fascistas.

2. Melhorar as condições de vida no Alentejo – questões sociais

2.1. Salários, pensões e direitos dos trabalhadores

2.1.1. Quando se desenvolvem investimentos em diferentes áreas sectoriais e se anunciam projectos que captam recursos endógenos e financeiros (em particular fundos europeus destinados à região), não se pode aceitar que os rendimentos das famílias, dos trabalhadores e dos reformados estejam assentes em baixos salários e baixas pensões e reformas.

2.1.2. O PCP, reafirma a urgência de uma ruptura com a política de baixos salários e empobrecimento generalizado. Exige-se, a valorização do trabalho e dos trabalhadores, o aumento geral dos salários para todos os trabalhadores, no sector privado e na Administração Pública, a fixação urgente do Salário Mínimo Nacional nos 1100 euros a partir de 1 de Janeiro de 2027 e a sua actualização permanente, como medida indispensável de dignificação do trabalho, o aumento extraordinário em 50 euros a partir com efeitos a partir de 1 de Julho de 2026 e valorização real e permanente das pensões e reformas, a redução da jornada de trabalho semanal para 35 horas para todos os trabalhadores.

O PCP defende uma política que conduza ao aumento geral dos salários e à criação de emprego com direitos, especialmente nos sectores primário e secundário, que tenha como eixos centrais a contratação colectiva, como instrumento central dos trabalhadores e das suas organizações representativas para a conquista de mais direitos e melhores salários, e o fim da precariedade, impondo a norma que a cada posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho também permanente e efectivo.

2.1.3. A valorização dos salários e das pensões não é apenas uma exigência de justiça social indiscutível, é a condição vital para travar o despovoamento e estimular a economia regional do Alentejo.

2.2. População imigrante. Integrar, com direitos.

2.2.1. Nos últimos anos a região tem vindo a conhecer um significativo aumento da população trabalhadora imigrante, geralmente associada ao trabalho agrícola, designadamente de produção intensiva e superintensiva. Também noutros sectores como na indústria, na construção civil, nas obras públicas e obras privadas, bem como nos sectores do comércio e restauração, tem crescido o número de imigrantes.

2.2.2. O PCP defende políticas que garantam direitos, estabilidade, salários dignos, condições de vida e integração a todos os trabalhadores, independentemente da sua nacionalidade. Nesse sentido são necessárias respostas públicas adequadas ao crescimento e diversificação da população residente, nomeadamente no acesso à saúde, educação, habitação, segurança social e serviços administrativos, promovendo o ensino da língua portuguesa e a integração das crianças e jovens nas escolas.

2.2.3. O PCP entende que é necessária uma acção decidida do Estado no combate às redes ilegais e actividades criminosas de angariação e exploração de mão de obra imigrante, tornando-se indispensável uma apertada fiscalização e medidas de responsabilização dos grupos económicos e empresas que de forma indirecta ou directa instigam e tiram proveito das redes ilegais de mão de obra quase escrava, bem como às condições de alojamento destes trabalhadores.

2.2.4. O PCP defende o reforço dos meios humanos e materiais da Autoridade para as Condições do Trabalho e dos serviços públicos responsáveis pelo acolhimento e integração da população imigrante, assegurando o acompanhamento e fiscalização das relações laborais, o combate às situações de exploração e tráfico de seres humanos e a responsabilização de entidades empregadoras e intermediários que violem os direitos dos trabalhadores.

2.3. Fixar e captar população.

2.3.1. Travar o despovoamento do território alentejano, fixar e captar população, designadamente jovem é urgente e é possível através da promoção de uma política de valorização do trabalho e dos trabalhadores.

2.3.2. No Alentejo os trabalhadores têm de ter estabilidade e salários dignos que lhes permita viver dignamente na sua terra. Os jovens trabalhadores precisam de estabilidade e condições de trabalho que lhes garanta autonomia. Estes são os elementos que mais pesam na hora de decidir ficar na sua terra ou emigrar para o litoral, ou mesmo para o estrangeiro, e constituem os verdadeiros factores de atracção de um território.

2.3.3. Fixar população jovem passa ainda pela aplicação de políticas públicas que assegurem a justa distribuição dos rendimentos e da riqueza criada, travem a especulação imobiliária e a carestia dos bens essenciais, que prevejam incentivos salariais e fiscais, a melhoria dos serviços públicos, incluindo uma rede pública de creches, do Serviço Nacional de Saúde e de Escolas Públicas que vá ao encontro das necessidades existentes precavendo outras decorrentes da fixação de mais jovens e futuras famílias, das acessibilidades, comunicações e transportes públicos.

2.3.4. A fixação e atracção de população no Alentejo exige respostas diferenciadas às necessidades de cada território. Nas localidades rurais e de menor densidade populacional são indispensáveis medidas que garantam acesso a

serviços públicos, mobilidade, valorização das actividades económicas locais e acesso à habitação. Nos territórios com maior concentração de investimentos e actividade económica, o crescimento do emprego deve ser acompanhado da criação de condições efectivas para a fixação de trabalhadores e famílias.

Especial importância assume a criação de condições de fixação dos profissionais dos serviços públicos, designadamente médicos, enfermeiros, professores, profissionais das forças de segurança e outros trabalhadores indispensáveis ao funcionamento dos serviços, através de políticas de valorização salarial e profissional e de respostas de habitação e mobilidade adequadas.

2.4. Medidas para garantir o Progresso social

2.4.1. Educação

O desenvolvimento e progresso da região Alentejo é inseparável de uma estratégia de formação, qualificação e fixação de recursos humanos necessários à concretização desse projecto de desenvolvimento.

2.4.1.1. O projecto que o PCP defende para o Alentejo assume a Educação como valor estratégico fundamental para o desenvolvimento individual e colectivo, bem como para o progresso da região, tornando urgente a aprovação de medidas que garantam a democratização, cada vez maior, da Escola Pública e do Ensino Superior Público.

2.4.1.2. A 6.ª ARA do PCP propõe para a Educação as seguintes medidas:

Aumento do investimento na Escola Pública, com garantia de gratuidade de todo o ensino público, incluindo o Ensino Superior no Alentejo;

Generalização da oferta pública e a consequente adequação da rede escolar no Alentejo, promovendo a expansão da rede pública onde seja necessário, independentemente das iniciativas de entidades particulares ou cooperativas;

Expansão do sistema público da educação pré-escolar, articulados com a rede escolar do 1.º ciclo, garantindo a universalidade da frequência a partir dos 3 anos e, a curto prazo, uma resposta, igualmente, pública de qualidade para uma rede pública de creches de forma a garantir vagas a todas as crianças dos 0 aos 3 anos em toda a região Alentejo;

Defesa e valorização da rede pública de escolas nas localidades ruais, assegurando o investimento na conservação e modernização dos edifícios escolares, a dotação de pessoal docente e não docente e transportes escolares adequados.

Implementação de um modelo verdadeiramente democrático de gestão das escolas nos variados níveis de ensino, que observe os princípios da elegibilidade, colegialidade e participação;

Defesa de um verdadeiro modelo de descentralização da Educação, assente na autonomia das escolas exercida num quadro de gestão democrática das mesmas;

Medidas de valorização do Ensino Profissional, não apenas na perspectiva de um final de estudos, mas também de acesso ao Ensino Superior;

Desenvolvimento da resposta pública, com vista a assegurar a inclusão efectiva das crianças e jovens com necessidades educativas especiais na Escola Pública em todos os concelhos do Alentejo;

Promoção da multiculturalidade nas escolas, com o respeito e valorização das diferentes origens das comunidades migrantes, no sentido da sua plena inclusão social;

Adopção de um programa especial para a região de combate ao abandono escolar e ao insucesso escolar e educativo, bem como à exclusão social e escolar;

Valorização da Educação Física e do Desporto Escolar e das expressões artísticas, enquanto vectores do desenvolvimento das crianças e jovens;

Garantia de transportes, alojamento e alimentação para estudantes que deles careçam total ou parcialmente;

Combate a todas as formas de precariedade dos trabalhadores da educação nos variados níveis de ensino, incluindo ensino superior, e a integração nos quadros/mapas de pessoal, de todos os trabalhadores com vínculos precários que satisfaçam necessidades permanentes nas escolas, agrupamentos ou zonas pedagógicas, independentemente da natureza do seu contrato;

Dotação das escolas de trabalhadores não docentes auxiliares em número suficiente, com vínculo estável e com formação adequada, para garantir o seu bom funcionamento;

Dotação das escolas de psicólogos e outros técnicos especializados de forma a garantir uma resposta educativa integrada e de qualidade;

Valorização do Movimento Associativo Estudantil e das expressões informais de associativismo no ensino básico e secundário;

Intervenção urgente nas infra-estruturas das Escolas nos vários distritos e concelhos alentejanos.

Eliminar o pagamento de propinas, taxas e emolumentos para todos os graus académicos no Ensino Superior;

Reforçar a Acção Social Escolar no ensino superior através do aumento do valor das bolsas de estudo e do número de estudantes elegíveis; do reforço do complemento de alojamento; da construção renovação e adaptação de residências públicas e cantinas nos distritos de Beja, Évora e Portalegre e no Litoral Alentejano.

2.4.2. Saúde

2.4.2.1. O direito à saúde no Alentejo exige respostas adequadas à realidade de cada território. Defender o SNS no Alentejo é defender o direito à saúde, a coesão territorial e o futuro das populações.

Perante esta realidade, o PCP defende:

Reforçar o Serviço Nacional de Saúde e garantir o funcionamento regular de todos os serviços e valências hospitalares;

Contratar e valorizar médicos, enfermeiros e restantes profissionais, criando condições para a sua fixação no Alentejo;

Assegurar o reforço e modernização das quatro redes hospitalares regionais, articuladas com os cuidados de saúde primários;

Garantir a conclusão e entrada em funcionamento do Hospital Público Central do Alentejo, assegurando os recursos humanos, equipamentos e valências necessários e recusando quaisquer tentativas de privatização, parcial ou total da sua gestão;

Avançar com a requalificação e ampliação do Hospital de Beja e reforçar a capacidade do Hospital do Litoral Alentejano;

Recuperar e reforçar as valências hospitalares do distrito de Portalegre, garantindo uma resposta efectiva em Portalegre e Elvas;

Garantir o funcionamento do Hospital de São Paulo, em Serpa, com a sua reintegração no Serviço Nacional de Saúde, assegurando a recuperação e o reforço das suas valências e uma resposta hospitalar pública de proximidade para a população de Serpa e dos concelhos envolventes.

Recuperar e reforçar o funcionamento dos centros de saúde e respectivas extensões nas freguesias e localidades rurais., assegurando a presença regular de profissionais de saúde, horários de funcionamento adequados às necessidades da população e o investimento nos equipamentos e instalações.

Reforçar urgências, obstetrícia, pediatria, cirurgia e restantes especialidades, impedindo encerramentos e reduções de resposta;

Expandir os cuidados continuados, paliativos, de saúde mental, reabilitação e cuidados domiciliários;

Garantir transporte e emergência médica adequados às características territoriais do Alentejo;

Combater as desigualdades no acesso à saúde e rejeitar a transferência para as autarquias de responsabilidades que competem ao Estado;

2.4.2.2. Numa perspectiva de valorização do sector e numa lógica de médio e longo prazo, o PCP entende útil a criação de um “cluster” nesta área a partir das estruturas existentes e a criar, incluindo a Escola de Saúde.

2.4.3. Outros serviços públicos e serviços básicos

Para o PCP o Estado tem a responsabilidade de assegurar um conjunto de serviços públicos essenciais, designadamente sociais, de qualidade e acessíveis a todos. Rejeitando liminarmente as privatizações e concessões municipais, o PCP exige o reforço imediato do investimento público, a contratação e valorização dos trabalhadores e a garantia do acesso universal e público à Saúde, Educação, Habitação, Justiça, Água e Correios em todos os concelhos e freguesias do Alentejo. De igual forma o Estado deve garantir que todas as populações do Alentejo têm direito ao acesso à electricidade e comunicações digitais de qualidade, independentemente da zona onde residem ou trabalham.

2.4.4. Habitação

A Habitação é um direito constitucional respondendo a uma necessidade básica fundamental à qualidade de vida pessoal, familiar e colectiva. A Habitação, não é um mero negócio. O PCP defende o direito à habitação através de robustas políticas públicas de habitação, em colaboração com as autarquias locais, assegurando a provisão da habitação a custos acessíveis, nomeadamente, às famílias jovens e aos novos residentes privilegiando a oferta pública, cooperativa e social. O PCP defende também a estreita articulação das políticas de habitação com as políticas de solo, de ordenamento e de desenvolvimento territorial e urbano.

Para assegurar o direito de quem vive e trabalha no Alentejo, impõe-se a aplicação imediata de um

conjunto de medidas integradas e de fundo que proteja os inquilinos e confronte os interesses dos grupos monopolistas.

Aumentar o parque público e reabilitar o património do Estado: Alargar a oferta pública de habitação através do forte investimento na conservação e reabilitação dos fogos degradados do IHRU e da proibição de alienação de património imobiliário do Estado, garantindo habitação condigna a custos acessíveis para suprir as carências populacionais.

Proteger os inquilinos e regular o mercado de arrendamento: Revogar o Novo Regime de Arrendamento Urbano, garantindo a estabilidade contratual, eliminando todos os mecanismos de facilitação de despejos e fixando um limite máximo para o valor das rendas nos novos contratos.

Desenvolver o sector cooperativo e social de habitação: Incentivar a habitação privada sem fins lucrativos através do forte apoio ao movimento cooperativo, mutualista e às associações de moradores, nomeadamente por via da criação de um programa nacional de cedência de terrenos públicos em direito de superfície e de linhas de crédito bonificadas para fogos a custos controlados.

Confrontar os lucros da banca e reduzir os encargos das famílias: Implementar medidas urgentes que obriguem o sector bancário a absorver o impacto das altas taxas de juro nos empréstimos à habitação, protegendo os orçamentos familiares e determinando a eliminação de todas as comissões bancárias sobre o crédito imobiliário.

Para assegurar a provisão de habitação a preços acessíveis impõe-se também a conjugação das opções de desenvolvimento habitacional com as opções de políticas de solos e de desenvolvimento urbano estabelecidas no quadro dos instrumentos de planeamento municipal e regional.

2.4.5. Cultura

2.4.5.1. O PCP entende que é necessário avançar mais na promoção do apoio e acesso à cultura,

com a valorização do trabalho dos criadores e promotores de cultura, bem como dos grupos e associações – enquanto instrumentos de desenvolvimento.

O PCP defende a reversão do processo de extinção da Direcção Regional de Cultura.

2.4.5.2. Évora_27 capital Europeia da Cultura é uma importantíssima conquista, para a qual o poder local democrático deu um contributo decisivo. O PCP continuará a defender este projecto de acordo com as suas características iniciais, liberto de instrumentalização, designadamente governamentais, respeitando a pluralidade e carácter democrático que marcou a fase da candidatura e defendendo intransigentemente o Bid Book da candidatura, os seus princípios e valores que enforma, designadamente o conceito de “Vagar”.

2.4.5.3. O Cante Alentejano, património imaterial da Humanidade, é um exemplo de como a promoção da cultura e dos hábitos de uma região contribui decisivamente para a sua promoção, desenvolvimento e para o surgimento de novas expressões culturais. O PCP defende que se leve mais longe o apoio, promoção e divulgação do cante alentejano e outras expressões do património imaterial cultural do Alentejo.

2.4.5.4. A intervenção na área da cultura, enquanto factor de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida das populações, passa ainda pelas seguintes medidas:

Criação de condições que garantam o direito à fruição e criação cultural, expresso na Constituição da República Portuguesa, articulando com as estruturas, população e promovendo dinâmicas unitárias reivindicativas do direito à cultura;

Aprofundar a intervenção junto do Movimento Associativo e Popular, exigir e concretizar mais apoios para a sua actividade, com o objectivo de promover o desenvolvimento social a nível cultural, recreativo e desportivo;

Valorizar as áreas e as actividades e os valores artísticos e patrimoniais que constituem a base da

identidade cultural do Alentejo tendo a juventude como destinatário relevante.

2.4.6. Património

2.4.6.1 O PCP defende a concretização de um programa regional de conservação, recuperação e valorização do património histórico, arqueológico, arquitectónico, industrial, ferroviário, marítimo e etnográfico do Alentejo, assegurando a sua preservação, fruição pública e integração nas políticas de desenvolvimento cultural e regional.

2.4.6.2. Este programa terá de contemplar a identificação e recuperação de imóveis e património degradados, a valorização de centros históricos, dos sítios arqueológicos e do património associado às actividades tradicionais.

2.4.6.3 Assume particular importância a articulação entre Governo, Autarquias locais, instituições culturais, o movimento associativo e as entidades públicas responsáveis pelo património, garantindo meios técnicos e programas de intervenção adequados.

3. Visão integrada de Planeamento, participação e programação

O PCP considera que é necessário dar força a uma política integrada de desenvolvimento regional e local valorizando os instrumentos de planeamento e de programação de políticas, de âmbito regional e municipal.

Uma gestão pública democrática mobilizadora de forças e de vontades, conduzida numa perspectiva de coesão e desenvolvimento territorial que valorize a região no contexto nacional e europeu, que dê resposta aos desafios ambientais, que defenda os recursos naturais e as suas potencialidades e que deve ter como eixo central o planeamento e a programação, participadas e escrutinadas.

O PCP defende que se deve proceder à revisão do PROT, tornando-o o quadro de referência estratégico das políticas com impacto territorial na região, acompanhando-o da elaboração de um Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Alentejo que enquadre Planos de Apoio à Base Económica e de um Programa de Infra-estruturas Públicas no Alentejo. Atendendo à importância estratégica dos respectivos territórios, o PCP defende que se deve proceder à elaboração de um Plano Estratégico para a zona de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, visando a promoção de uma economia sustentável em benefício da região e de um Programa Estratégico de Desenvolvimento Territorial da Área de Sines desenvolvido em articulação com os municípios. É ainda necessário valorizar os instrumentos de planeamento municipais, nomeadamente os PDM, como instrumentos nucleares de definição e enquadramento de políticas de desenvolvimento local. A realização de uma política urbana e de desenvolvimento rural, articulada, baseada no reforço da rede urbana regional, assegurando as condições para a disponibilização a todas as populações de um

conjunto de equipamentos sociais e infra-estruturas, numa lógica de complementaridade e combate às assimetrias existentes.

Desde já o PCP identifica como elementos bases para os referidos instrumentos de planeamento e programação:

3.1. Plano de Apoio à Base Económica e Programa de Infra-estruturas Públicas no Alentejo.

3.1.1. O PCP propõe o lançamento de um Plano de Apoio à Base Económica, que integre diversos instrumentos de política pública desde a componente de financiamento; aspectos regulamentares, legais e fiscais; campanhas de promoção e valorização dos produtos locais, privilegiando a intervenção das micro, pequenas e médias empresas.

Os aspectos relacionados com a base económica, pressupõem a consideração dos recursos e potencialidades existentes e a criar, o impacto dos investimentos estruturantes realizados e a realizar, e acima de tudo o tipo de modelo de desenvolvimento. O Alentejo, na luta contra o despovoamento e pela Base Económica necessária não deverá ter a concorrência dos Governos com políticas opostas, promotoras dum modelo económico centralizador das actividades económicas e das populações nos maiores aglomerados urbanos e áreas metropolitanas, em submissão e apoio à concentração de capital.

3.1.2. O desenvolvimento da região passa pela valorização do sector produtivo através de uma base económica diversificada, sustentável, potenciando os investimentos estruturantes (nomeadamente, Alqueva, Complexo de Sines e Aeroporto de Beja) e tendo como elementos

centrais: o sector agrícola e agro-alimentar, com base na agricultura e na transformação dos seus produtos; os recursos marítimos existentes, com realce para as pescas; o aproveitamento dos sectores dos recursos mineiros e das rochas ornamentais; e pelo apoio a novos sectores emergentes como a indústria eléctrica e das energias renováveis e a aeronáutica, incorporando uma elevada componente tecnológica e de investigação. Constituem sectores complementares: o turismo; o sector social; o comércio de proximidade; as actividades relacionadas com o conhecimento e as conectividades sobretudo as de carácter digital.

3.1.3. Reconhecendo o valor intrínseco que as infra-estruturas e os equipamentos têm, o seu uso não pode ser dissociado de qual é a política definida para a região e para o País, rompendo com a precariedade, com a degradação das condições de trabalho, com a intensificação do uso da água e da terra e com o aumento da exploração, que conduz ao empobrecimento e à concentração e centralização de capital.

3.1.4. O Programa de Infra-estruturas Públicas no Alentejo deve dar resposta às necessidades da região em termos de equipamentos e infra-estruturas das mais diversas naturezas, com um processo de elaboração participativo que identifique os projectos em concreto, as entidades responsáveis pela sua realização, a origem das fontes de financiamento, bem como a sua calendarização.

A responsabilização pela concretização das infra-estruturas deve afirmar a importância do investimento público enquanto instrumento directo de resolução das carências existentes e também com o seu efeito multiplicador a nível da economia, baseando-se ainda no princípio de que cada nível de administração deve assumir as suas responsabilidades e de que o recurso a financiamento exterior deve ser um dos instrumentos a utilizar não devendo ser um factor único, devendo o Orçamento de Estado desempenhar um papel relevante.

3.1.5. Enquanto contributo para a realização deste Programa o PCP apresenta neste Manifesto um conjunto vasto de propostas em diversas áreas.

3.2. Plano Estratégico para a zona de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

Apesar de já terem decorrido vários anos desde o início da construção das obras que integram o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva e porque o modelo de gestão que tem vindo a ser adoptado tem ignorado uma perspectiva integrada de desenvolvimento que beneficie a região, o PCP entende que continua actual a ideia da elaboração de um Plano Estratégico para a zona de influência de Alqueva, apresentando desde já o que considera deverem ser os seus traços principais:

A adopção na sua elaboração de uma metodologia de participação e envolvimento em estreita colaboração com as instituições representativas da Região – Universidades e Institutos Politécnicos, Associações de Agricultores e de Regantes, Sindicatos, Associações Empresariais e a posterior criação de um Conselho de Avaliação e Acompanhamento do Plano Estratégico, com poderes deliberativos e de recurso em que as instituições referidas tenham assento;

A prioridade ao desenvolvimento de culturas que tenham carácter de fileira fomentando a implantação no território das correspondentes agro-indústrias de forma a gerar emprego, factor estratégico de distribuição da riqueza produzida e indutor do desenvolvimento dos territórios;

O estabelecimento de mecanismos de protecção às culturas, que produzidas de forma tradicionais, representem a salvaguarda de um repositório de conhecimento, tradição e qualidade que as torna por si só valor acrescentado;

A criação de um Fundo Especial e Específico de Apoio à Diversificação de Culturas e à Implementação de Indústrias Agro-Alimentares na Região e assegure um preço da água adequado à actividade agrícola como compensação da perda da mais-valia eléctrica entregue à EDP;

A promoção de uma política de investigação, experimentação e extensão rural em estreita cooperação com as instituições existentes na região, os agricultores e respectivas associações;

A criação de um Banco de Terras do Estado que permita o acesso à terra por parte de jovens agricultores, trabalhadores e pequenos agricultores com terra insuficiente;

O estímulo ao associativismo e/ou o cooperativismo de forma a rentabilizar e potenciar recursos técnicos e financeiros disponíveis e/ou a disponibilizar;

A utilização na região de parte significativa dos recursos fiscais obtidos na sequência da actividade económica potenciada por Alqueva;

A promoção de mecanismos de monitorização e acompanhamento dos ecossistemas e dos parâmetros ambientais;

A articulação das competências entre os diversos intervenientes, assegurando o carácter de fins múltiplos do empreendimento, assegurando além da componente agrícolas, as componentes energética e turística e a valorização dos territórios e localidades envolventes.

3.3. Programa Estratégico de Desenvolvimento Territorial da Área de Sines

3.3.1. A profunda reconfiguração económica e social em curso na Área de Sines, fruto de uma importante carteira de avultados investimentos empresariais e infra-estruturais, públicos e

privados, arrastará uma não menos profunda reestruturação territorial e posicionamento geoestratégico da Área de Sines no quadro regional e nacional. Paradoxalmente as alterações em curso ocorrem perante a total ausência de uma política pública de base territorial que responda à magnitude e complexidade das transformações que aquele território regista. A falta de um planeamento territorial integrado e a inexistência de uma política industrial de base territorial por parte dos poderes públicos, associada à aplicação de opções neoliberais que transformam o território num enclave extractivista ao serviço do grande capital, arrasta o sério risco de um desastre territorial e social de grande escala, tornando urgente uma intervenção planeada que coloque o desenvolvimento ao serviço da região e do País.

3.3.2. O PCP defende a elaboração pelo poder central, em articulação com os municípios abrangidos, designadamente Sines e Santiago do Cacém, de um Programa de Desenvolvimento Territorial para estes territórios, indispensável ao desenvolvimento e ordenamento integrados, afirmando esta área como um polo económico e urbano de desenvolvimento regional. Este programa deve responder de forma articulada, no domínio do ordenamento do território, da qualidade ambiental e do desenvolvimento urbano aos complexos desafios colocados pelos investimentos em curso e em perspectiva para o complexo industrial e portuário de Sines, assegurando respostas cabais nos âmbitos dos equipamentos públicos, da educação, da saúde, da habitação, da qualificação urbana, dos transportes, mobilidade e acessibilidade, e da protecção do ambiente e dos recursos naturais.

4. Defesa do Ambiente e preservação dos recursos naturais

4.1. Política Ambiental

A política ambiental que o PCP defende não separa a protecção da natureza da defesa das populações e não opõe ambiente a desenvolvimento, mas exige que o desenvolvimento económico respeite os limites do território e dos seus recursos naturais e seja colocado ao serviço do progresso social, da justiça territorial e da qualidade de vida.

4.2. O PCP considera prioritário:

Garantir uma gestão pública integrada dos recursos hídricos, assegurando água para consumo humano, agricultura, indústria e conservação dos ecossistemas.

Assegurar uma política pública de gestão e protecção dos recursos hídricos das bacias do Sado, Mira, Guadiana e Tejo, garantindo a monitorização das disponibilidades de água superficial e subterrânea, a protecção dos aquíferos e a avaliação das necessidades de abastecimento das populações, da agricultura, da indústria e restantes actividades económicas.

Desenvolver um Plano Regional de Adaptação às Alterações Climáticas que articule prevenção, ordenamento do território, protecção civil e gestão dos recursos naturais.

Investir na modernização das redes de abastecimento e regadio, reduzindo perdas de água e promovendo a reutilização de águas residuais tratadas sempre que tecnicamente viável.

Defender a qualidade dos solos agrícolas e promover práticas produtivas que assegurem a sua conservação, reduzindo os processos de erosão e desertificação.

Proteger a biodiversidade, valorizando o montado, os sistemas agro-florestais tradicionais, as áreas classificadas e os corredores ecológicos, conciliando conservação da natureza com as actividades económicas.

Desenvolver um programa integrado de protecção e valorização ambiental da costa alentejana, assegurando a defesa dos sistemas dunares, das arribas, praias, estuários, lagoas e ecossistemas marinhos

Desenvolver uma política de protecção e valorização do montado de sobro e azinho, tal como dos sistemas agro-florestais tradicionais, garantindo medidas de conservação dos solos, recuperação de áreas degradadas, prevenção de pragas e doenças e apoios aos produtores florestais.

Garantir que os projectos de energias renováveis sejam devidamente planeados, compatibilizando a transição energética com a preservação da actividade agrícola e pecuária, da biodiversidade, da paisagem e do património cultural.

Assegurar que a exploração de recursos minerais respeite elevados padrões ambientais, promova a recuperação das áreas intervencionadas e contribua efectivamente para o desenvolvimento económico das comunidades locais.

Reforçar os meios humanos e financeiros das entidades responsáveis pela fiscalização ambiental, garantindo o cumprimento rigoroso da legislação e prevenindo situações de degradação ambiental.

Apoiar os municípios na implementação de estratégias de eficiência energética, economia circular, valorização de resíduos e adaptação climática.

Promover uma verdadeira educação ambiental, envolvendo escolas, autarquias, associações, agricultores, empresas e cidadãos na construção de uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade colectiva.

4.3. Mecanismos de compensação territorial

O PCP considera igualmente que os territórios onde se localizam grandes investimentos relacionados com a produção de energia, a exploração de recursos naturais ou outras actividades de elevado impacto devem beneficiar de mecanismos de compensação territorial que permitam reforçar os serviços públicos, melhorar as infra-estruturas locais, apoiar a habitação e promover a qualidade de vida das populações.

Os recursos naturais do Alentejo constituem um património colectivo e estratégico. A sua utilização deve obedecer aos princípios da sustentabilidade, da justiça social e da solidariedade intergeracional. A riqueza produzida a partir destes recursos deve traduzir-se em mais desenvolvimento, mais emprego qualificado, melhores serviços públicos e maior bem-estar para as populações da região.

Só assim será possível afirmar um modelo de desenvolvimento que concilie crescimento económico, protecção ambiental e coesão territorial, garantindo que o Alentejo continue a ser uma região de oportunidades, mas também um território onde vale a pena viver, trabalhar e construir o futuro.

5. Diversificar a base económica e produtiva no Alentejo

5.1. A importância da base económica

A existência de uma base económica sustentável e integrada é condição essencial para a criação de emprego com direitos, para a criação de valor acrescentado, para a capacidade de fixação e atracção de trabalhadores. Deve por isso ser dada prioridade à existência de uma base económica diversificada, intimamente ligada a uma política de desenvolvimento sustentável, para qual devem ser mobilizados os recursos e atenções indispensáveis, salvaguardando sempre o importante papel dos trabalhadores e do trabalho no processo produtivo.

5.2. Agricultura

5.2.1. A agricultura continua a constituir uma actividade fundamental para o desenvolvimento económico, social e territorial do Alentejo. Contudo, a política agrícola seguida nas últimas décadas, fortemente condicionada pela Política Agrícola Comum (PAC), tem contribuído para a concentração da terra e dos apoios, para o desaparecimento de explorações de pequena e média dimensão e para a expansão de modelos agrícolas superintensivos, associados ao capitalismo agrário, orientados sobretudo para a exportação.

O PCP defende uma agricultura que produza, que crie emprego, que fixe população e que assegure a soberania alimentar. Uma agricultura ao serviço do povo e do desenvolvimento do Alentejo.

5.2.2. O PCP defende:

Uma nova política agrícola que coloque a soberania alimentar, a agricultura familiar e a pequena e média agricultura no centro das prioridades;

A valorização do rendimento dos agricultores e preços justos à produção, combatendo a especulação e a desigual distribuição do valor ao longo da cadeia agro-alimentar;

Uma distribuição dos apoios da PAC que beneficie efectivamente os pequenos e médios agricultores, penalizando a concentração de apoios nos grandes beneficiários;

A defesa da terra como factor de produção e não como activo especulativo, travando a concentração fundiária e promovendo o acesso à terra por novos agricultores;

Um novo modelo para o regadio de Alqueva, promovendo maior diversidade produtiva e garantindo o uso racional e sustentável da água e do solo e que os investimentos públicos em infra-estruturas de regadio, não contribuam para aprofundar a concentração da terra;

Assegurar a modernização e requalificação dos aproveitamentos hidroagrícolas existentes, nomeadamente do Mira, Campilhas, Alto Sado, Odivelas e outros, garantindo o investimento público necessário à redução de perdas de água, à eficiência das redes de distribuição e à gestão sustentável.

Assegurar o acesso dos pequenos e médios agricultores à água para regadio em condições justas e transparentes;

O combate à expansão desmedida e descontrolada de monoculturas intensivas e superintensivas e à exploração predadora dos recursos naturais;

O reforço da agricultura de sequeiro, do montado, das produções tradicionais e das raças autóctones;

A valorização da agricultura familiar e das organizações de produtores, cooperativas e outras formas de associativismo;

O reforço dos serviços públicos agrícolas, da extensão rural, da investigação e experimentação e do apoio técnico de proximidade;

A promoção numa perspectiva de fileira da transformação agro-industrial no território, aumentando o valor acrescentado e criando emprego;

O cumprimento dos direitos laborais dos trabalhadores agrícolas e o combate à precariedade e à exploração laboral;

A prioridade à produção destinada ao abastecimento do mercado nacional, reduzindo dependências externas e reforçando a soberania alimentar;

Uma política de adaptação às alterações climáticas, de protecção do solo, da água e da biodiversidade e de combate à desertificação;

A defesa de uma PAC profundamente reformulada, orientada para a produção, o agricultor, o trabalho e o desenvolvimento rural, em oposição à actual política de concentração e liberalização;

Reduzir os custos dos factores de produção, incluindo energia, combustíveis, fertilizantes, rações e água;

Assegurar o pagamento atempado e simplificado dos apoios e indemnizações;

Apoiar as cooperativas e organizações de produtores como instrumentos de concentração da oferta, transformação e comercialização;

Criar mecanismos públicos de garantia de preços e de escoamento da produção em situações de crise;

Reforçar a participação das organizações representativas dos agricultores, designadamente a CNA, na definição das políticas agrícolas.

5.3. Actividade mineira

5.3.1. O Alentejo dispõe de importantes recursos minerais que constituem uma riqueza estratégica para a região e para o País. A actividade mineira tem uma expressão particularmente significativa no Distrito de Beja, mas a exploração de recursos geológicos está presente nas quatro sub-regiões, assumindo diferentes formas e impactos.

O Alentejo não pode continuar a ser apenas território de onde se extrai riqueza. Os recursos do Alentejo devem contribuir para desenvolver o Alentejo e o País, criar emprego, fixar população e melhorar as condições de vida de quem cá vive e trabalha.

5.3.2. Perante o crescimento da exploração e da prospecção de recursos minerais, o PCP defende:

A valorização dos recursos minerais como riqueza nacional, conhecendo os recursos existentes e garantindo que a sua exploração contribui para o desenvolvimento económico e social do Alentejo;

A defesa do interesse público e do controlo efectivo do Estado sobre os recursos estratégicos;

A criação de melhores condições de trabalho, salários dignos, segurança e respeito pelos direitos dos trabalhadores mineiros;

O reforço da fiscalização pública das explorações e das condições ambientais e de segurança;

A recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas e o cumprimento rigoroso das obrigações de reabilitação;

A criação de maior valor acrescentado no território, promovendo transformação, inovação e desenvolvimento industrial associado aos recursos minerais;

Que as populações e os municípios beneficiem directamente da riqueza gerada pela exploração dos recursos do território;

O envolvimento das populações e dos trabalhadores, bem como de instituições e

estruturas locais e regionais nas decisões relativas a novos projectos de prospecção e exploração;

Uma estratégia regional para os recursos geológicos que articule desenvolvimento económico, emprego, protecção ambiental e ordenamento do território;

A rejeição de uma política que entregue os recursos do País a interesses económicos privados sem garantir retorno económico, social e territorial proporcional para as populações;

Assegurar que os projectos de exploração mineira disponham de planos de encerramento e recuperação ambiental devidamente aprovados, acompanhados de garantias financeiras suficientes e mecanismos de fiscalização.

5.4. Indústria transformadora

O PCP observa com devida atenção o desenvolvimento da indústria transformadora quer em termos do contributo para o desenvolvimento da economia regional, quer na criação de emprego com direitos, bem como na atracção e fixação de população e contributos para o crescimento demográfico e inversão do envelhecimento e desertificação populacional.

5.4.1. O PCP defende a concretização de uma política industrial para o Alentejo integrada numa perspectiva nacional de valorização da produção que promova o desenvolvimento e diversificação da base produtiva regional, a criação de emprego qualificado e com direitos, o reforço da capacidade tecnológica e a transformação dos recursos e matérias-primas no território nacional. É indispensável assegurar que os apoios públicos aos investimentos industriais sejam acompanhados por compromissos de criação de emprego estável, valorização salarial, respeito pela contratação colectiva, formação profissional e cumprimento das exigências ambientais. O desenvolvimento industrial deve também apoiar a criação e expansão de pequenas e médias empresas fornecedoras de bens e serviços, fortalecendo as cadeias produtivas regionais e contrariando situações em que os grandes investimentos

funcionam de forma desligada das economias locais.

5.4.2. O PCP considera determinante para o desenvolvimento da base económica regional:

O contributo da agroindústria (Ex: azeite, vinhos, etc.);

O contributo da Indústria Mineira e de Rochas Ornamentais;

O desenvolvimento dos Polos e Parques Industriais Tecnológicos:

Indústrias Químicas e Refinação: Concentradas no Litoral Alentejano através do Porto de Sines;

Aeronáutica: (sediado principalmente nas zonas de Évora e Ponte Sor), Equipamentos Electrónicos e Digitais;

Indústria Automóvel.

5.5. Serviços

O sector dos serviços tem vindo a assumir uma importância crescente na vida das populações sendo fundamental contrariar a tendência para a sua concentração em grandes grupos económicos.

Para lá de serviços essenciais à vida das populações que garantam o cumprimento e o acesso a vários direitos sociais consagrados na Constituição da República Portuguesa (saúde, educação, segurança das populações, segurança social, cultura, desporto, entre outros), e que devem ser assegurados directamente pelo Estado, existe um conjunto de serviços sobre os quais o Estado tem responsabilidades, mesmo quando não os assegura de forma directa. É o caso dos transportes, das comunicações, dos serviços postais, bancários e financeiros, ambientais, de retalho e distribuição, incluindo os associados ao turismo.

O PCP entende que o Estado não se pode desresponsabilizar destes serviços essenciais ao normal funcionamento da Região, devendo assegurar a existência de uma rede pública de

serviços em várias destas áreas, que pode coexistir com redes baseadas em estruturas de micro, pequenas e médios empresas, de carácter complementar, com garantias de acesso justo.

O acesso a estes serviços deve ser assegurado a todos independentemente do seu local de residência ou trabalho, como por exemplo o serviço postal, bancário, de multibanco, bem como a redes de comunicações de qualidade.

5.6. Turismo

O Alentejo possui características naturais, paisagísticas, culturais, de património histórico, gastronómicas, entre outras, muito propícias ao desenvolvimento da actividade turística. O PCP defende que o Turismo não pode ser desligado do desenvolvimento dos territórios e da qualidade de vida das suas populações. A promoção do turismo e a diversificação da oferta turística deve ser realizada com base no respeito pelos direitos, rendimentos e estabilidade dos trabalhadores do sector, pela cultura da região, na defesa dos seus recursos, património cultural e natural e paisagem, de forma harmoniosa com a população e o ambiente.

Para tal, o PCP considera necessário

Promover um modelo de desenvolvimento turístico diversificado e equilibrado, valorizando o turismo cultural, rural, gastronómico e patrimonial, criando condições para o desenvolvimento da actividade ao longo de todo o ano e combatendo a sua excessiva sazonalidade.

Assegurar que a expansão turística e imobiliária respeite os instrumentos de ordenamento do território, a disponibilidade de recursos hídricos, a capacidade das infra-estruturas públicas e a protecção dos valores naturais e paisagísticos.

Defender o carácter público das praias e dos respectivos acessos, combatendo a apropriação de facto de espaços públicos e assegurando o usufruto do litoral pelas populações.

Garantir que o desenvolvimento turístico não compromete o direito à habitação permanente das

populações residentes, impondo medidas que combatam a especulação imobiliária, a expulsão de residentes e a transformação de localidades em territórios destinados predominantemente ao turismo ou à segunda habitação.

5.7. Comércio

5.7.1. O pequeno comércio, além de assegurar o acesso das populações, designadamente fora dos grandes centros urbanos, a bens essenciais, que pelo seu número e baixo poder de compra não atraem a grande distribuição, constituem elementos de valorização e promoção dos produtos regionais, privilegiando a aquisição de bens a produtores locais, ligados a sistemas produtivos mais sustentáveis e menos intensivos, que integram ciclos curtos, com uma menor pegada ecológica, em termos de transporte mas também no que diz respeito às embalagens.

5.7.2. Num contexto de domínio do sector da grande distribuição, que cartelizam preços quer para os consumidores quer para os produtores, apostando em sistemas de exploração intensivos e superintensivos e em circuitos longos de importação, altamente poluentes, é indispensável que se criem políticas de promoção e mesmo de protecção do comércio de proximidade.

O comércio é ainda um elemento importante para a promoção turística das regiões, dos seus produtos, mas também da sua cultura.

5.8. Micro, pequenas e médias empresas

As micro, pequenas e médias empresas dos vários ramos de actividade constituem uma parte essencial do tecido produtivo e da economia nacional, são vítimas de processos de concentração monopolista e de canalização dos recursos públicos e apoio do Estado para os grandes grupos económicos.

Na região do Alentejo é necessário um programa real de apoio às micro, pequenas e médias empresas, elaborado em articulação com as suas estruturas representativas, as autarquias locais e o Estado, que entre outras medidas, garanta a

redução dos preços dos factores de produção com destaque para a electricidade e os combustíveis, bem como o acesso a apoios estatais e fundos comunitários.

Para romper com o rumo de destruição do aparelho produtivo nacional, o PCP propõe uma política patriótica e de esquerda que defenda quem produz e liberte as MPME do garrote financeiro:

Controlar os custos de produção e fixar preços máximos: Implementar a fixação de preços máximos para os combustíveis, o gás e a electricidade, travando a especulação dos cartéis da energia e aliviando de forma imediata os encargos logísticos e operacionais que pesam sobre a viabilidade das MPME.

Criar o Fundo de Apoio à Tesouraria e garantir crédito bonificado: Constituir um Fundo público de Apoio à Tesouraria das micro e pequenas empresas e assegurar linhas de crédito com juros, prazos e condições adequadas à realidade produtiva, mobilizando o sector público bancário (CGD) para financiar a economia real em detrimento do negócio especulativo.

Reduzir e simplificar a carga fiscal e administrativa: Promover a justiça fiscal através da eliminação de impostos regressivos e da redução

de taxas sobre a actividade das MPME, aliada a um plano efectivo de desburocratização e simplificação administrativa que reduza os custos burocráticos desnecessários que sufocam os pequenos empresários.

Aliviar os encargos com serviços financeiros e telecomunicações: Regular e reduzir de forma impositiva as tarifas e comissões cobradas pela banca sobre as transacções e empréstimos das MPME, bem como os custos com os seguros obrigatórios e os serviços de telecomunicações, garantindo que os sectores monopolistas partilham os custos da crise.

5.9. As pescas e a economia do mar

5.9.1. O Alentejo dispõe ainda de importantes recursos marítimos e de comunidades piscatórias com papel relevante na economia regional, nomeadamente no Litoral, onde a pesca local e costeira constitui uma actividade produtiva fundamental.

5.9.2. O PCP defende uma política de valorização das pescas que assegure a sustentabilidade dos recursos marinhos, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores, o desenvolvimento de estruturas de apoio à actividade piscatória e a valorização do pescado na primeira venda.

6. A ciência e a Tecnologia ao serviço do desenvolvimento e do progresso social

6.1. A ciência tem um papel fundamental no desenvolvimento. Se bem utilizada numa perspectiva de interesse público pode contribuir fortemente para o progresso do Alentejo.

O desenvolvimento da ciência e tecnologia no território alentejano, na ligação entre a investigação científica ligada às fileiras produtivas e ao tecido empresarial local, tem importância em todas as sub-regiões alentejanas, abrangendo um leque diversificado de áreas estratégicas que importa potenciar, sendo uma área de importância estratégica para o desenvolvimento do Alentejo.

6.2. Medidas a implementar:

Desenvolver uma política científica e tecnológica que seja factor de desenvolvimento do Alentejo, assegurando um financiamento adequado e estável do SCTN e a valorização de quem nele trabalha;

Integrar na carreira de investigação todos os trabalhadores científicos em situação de precariedade, revogando o Estatuto do Bolseiro de Investigação e substituindo as bolsas por contratos de trabalho, erradicando a precariedade laboral no Sistema Científico e Tecnológico Regional;

Reforçar o financiamento público da ciência, duplicando a despesa em I&D per capita de investigador, revertendo os cortes no financiamento base das Unidades de I&D e aumentando o investimento do Estado de forma estável e substancial;

Celebrar contratos-programa com os Laboratórios do Estado (LNEG, IPMA, INIAV, INSA, LNEC, IH)

que garantam financiamento adequado, contratação de trabalhadores, integração dos trabalhadores precários, modernização de equipamentos e requalificação de espaços.

Reforçar as infra-estruturas e instituições científicas do Alentejo, designadamente o PACT – Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia, o CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Alentejo, o VALORIZA – Centro de Investigação para a Valorização de Recursos Endógenos (IP Portalegre), o CIEMAR – Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora, em Sines e os centros de investigação da Universidade de Évora e do Instituto Politécnico de Beja.

Promover uma visão integrada de desenvolvimento para o Alentejo, articulando as áreas da ciência e tecnologia com a qualificação do território, a mobilidade, a agricultura e os investimentos estruturantes, integrados no Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Alentejo.

Orientar a investigação aplicada para a valorização dos recursos endógenos e das fileiras produtivas regionais: agro-alimentar, cortiça, aeronáutica, floresta, bio economia, energias renováveis e rochas ornamentais, assegurando que a ciência está ao serviço do desenvolvimento económico e social da região.

Promover a investigação científica orientada para o conhecimento e resolução dos problemas sociais e territoriais do Alentejo, designadamente nas áreas da saúde pública, envelhecimento demográfico, habitação, mobilidade, serviços públicos e das desigualdades sociais e territoriais.

7. Território, equipamentos e infra-estruturas

7.1. Qualificar o território

Para o PCP é essencial qualificar o território, as cidades, vilas e aldeias, partindo de um verdadeiro planeamento que valorize os sistemas urbanos (regional, sub-regionais e locais) como unidades fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável de toda a região do Alentejo e para a sua coesão territorial, implementando políticas de solos justas, valorizando a propriedade pública e eliminando processos de especulação imobiliária.

As políticas de qualificação urbanas devem ainda centrar-se na qualificação ambiental, preparando as localidades para enfrentar e mitigar os fenómenos climáticos extremos, cada vez mais frequentes e para um uso mais eficiente de recursos, particularmente água e energia.

A qualidade de vida das populações está ligada e é causa e consequência do desenvolvimento sustentável. Garantir uma rede de serviços e de equipamentos públicos que assegure condições de acesso a direitos sociais e culturais, serviços de

segurança, tribunais, repartições de finanças e conservatórias, uma adequada resposta em equipamentos de apoio à família, à infância, à juventude e à terceira idade e desenvolver sistemas de mobilidade assentes no transporte público de qualidade e na promoção de modos suaves de transporte, como elementos centrais do desenvolvimento local sustentável.

7.2. Potenciar as infra-estruturas

O Alentejo dispõe de infra-estruturas que urge potenciar, caso do Alqueva, do Complexo de Sines e do Aeroporto de Beja, e outras que é necessário concretizar, como a Barragem do Pisão – Crato/Pisão. Estas infra-estruturas, em articulação com a constituição de uma efectiva rede regional de parques empresariais e de outras obras estruturantes de acolhimento empresarial, podem servir de âncora ao desenvolvimento da região. Interligadas com políticas sectoriais definidas para a área agro-alimentar, para o sector industrial e para o turismo.

8. Transportes, Acessibilidade e comunicações

8.1. Importância estratégica

As acessibilidades constituem uma condição essencial para o desenvolvimento económico, para a fixação de população e para a igualdade de direitos.

No Alentejo esta questão assume uma importância e dimensão estratégicas para o desenvolvimento da região. A enorme extensão territorial, a baixa densidade populacional e a dispersão das populações tornam a existência de uma rede de transportes públicos eficaz e de boas acessibilidades uma necessidade básica e não um privilégio.

Ao mesmo tempo, o Alentejo assume uma importância crescente na logística nacional e internacional, através do Porto de Sines, da ligação ferroviária ao interior e a Espanha, da actividade agrícola e agro-industrial e dos grandes investimentos industriais e energéticos.

8.2. Mobilidade

É indispensável desenvolver uma verdadeira política de mobilidade, de transportes públicos e de acessibilidades, apostando numa adequada rede de transportes públicos, aumentando a oferta, articulando os diversos modos de transporte, e desenvolvendo, nomeadamente nos centros urbanos, sistemas de mobilidade sustentável em transportes públicos de qualidade e na promoção de modos suaves de transporte.

Devem ser asseguradas ligações entre os principais centros urbanos, zonas rurais, industriais e logísticas, tal como a estabelecimentos de ensino e unidades de saúde. A necessidade de melhorar as ligações rodoviárias entre o litoral e o interior do Alentejo, tal como ao Algarve, bem como aproveitar e desenvolver infra-estruturas já

existentes, como o Aeroporto de Beja, deve ser integrada numa estratégia de desenvolvimento regional que combata as desigualdades territoriais e favoreça a fixação das populações.

Nesse sentido, o PCP defende o desenvolvimento de redes regionais de transportes públicos que dêem verdadeiramente resposta às várias necessidades das populações, designadamente aos movimentos pendulares e às necessidades e possibilidades de desenvolvimento.

A política de transportes do Alentejo deve deixar de ser construída exclusivamente a partir das necessidades dos grandes corredores económicos. Deve partir das necessidades concretas das pessoas. Por isso, a 6.ª Assembleia Regional do Alentejo do PCP defende uma política integrada de transportes e acessibilidades assente em quatro princípios:

Mobilidade como direito social;

Ferrovia como eixo estruturante;

Transporte público como serviço público;

Investimento em acessibilidades como instrumento de coesão territorial.

O Alentejo não pode continuar a ser uma região onde se constroem infra-estruturas para atravessar o território sem se garantir, em primeiro lugar, que essas infra-estruturas servem quem nele vive.

8.3. Ferrovia

O PCP defende:

A conclusão da electrificação e modernização da Linha do Alentejo entre Casa Branca e Beja, bem como da Linha do Leste;

A inclusão da ligação ferroviária ao Aeroporto de Beja;

A reabertura, modernização e electrificação do troço Beja–Ourique/Funcheira;

A reposição de serviços ferroviários regionais de passageiros;

A melhoria significativa da frequência e dos horários dos comboios;

A garantia de ligações ferroviárias directas e eficientes entre o Alentejo e Lisboa, Algarve e Espanha;

A utilização da ferrovia simultaneamente para passageiros e mercadorias;

A integração da Linha do Alentejo numa verdadeira rede ferroviária regional e nacional;

A ligação ferroviária Sines-Caia enquanto infraestrutura estratégica para o País e para a Europa, devendo:

Estar plenamente integrada numa estratégia de desenvolvimento regional;

Ser assegurada a sua utilização para transporte de mercadorias e passageiros;

Serem desenvolvidas plataformas logísticas e intermodais associadas à rede ferroviária, designadamente no Alandroal, Évora e Vendas Novas.

O PCP entende que a intervenção na ferrovia estando inserida numa lógica de desenvolvimento dos territórios torna fundamental a instalação de actividade económica e emprego qualificado ao longo dos respectivos corredores e da realização de investimentos nos territórios atravessados.

8.4. Rodovia

A nível da rodovia, o PCP defende a indispensabilidade da concretização dos seguintes investimentos:

Concluir o IP8 ligando Sines a Vila Verde de Ficalho, com nós de ligação a diversas

localidades, com perfil de auto-estrada em toda a sua extensão e sem portagens;

Concluir a ligação do IP2 nas zonas em falta;

Construção do IC33 em perfil de Auto-estrada entre Sines e Évora;

Finalização do traçado do IC13 em toda a sua extensão.

Construção de um novo IC entre Estremoz e Abrantes, com passagem em Avis e Ponte de Sor.

Assegurar em perfil de auto-estrada a ligação Elvas, Campo Maior, Portalegre, Abrantes

Um programa plurianual de requalificação das estradas nacionais e regionais;

A eliminação de pontos negros de sinistralidade;

A construção e conclusão de variantes urbanas necessárias;

A melhoria das ligações entre sedes de concelho e freguesias;

A manutenção permanente das vias, evitando que a falta de conservação transforme pequenas intervenções em obras de grande dimensão.

8.5. Transportes Públicos

A nível dos Transportes públicos e do direito à mobilidade:

A criação de uma verdadeira rede regional de transportes públicos;

A articulação entre serviços ferroviários, rodoviários e transporte a pedido;

A articulação dos transportes públicos com os novos polos industriais;

Transportes adequados aos horários dos trabalhadores;

A redução da dependência do automóvel individual.

Tarifas socialmente justas;

Bilhética integrada;

Horários coordenados com hospitais, escolas e serviços públicos;

Reforço do transporte intermunicipal;

Transporte a pedido como serviço público permanente, complementar ao serviço regular, nas zonas de baixa densidade;

Apoio financeiro adequado às CIM e municípios para assegurar estes serviços, garantido pelo Orçamento do Estado.

8.6. Aeroporto de Beja

No que se refere ao Aeroporto de Beja o PCP defende a transformação de uma infra-estrutura existente numa oportunidade regional, através dos seguintes aspectos:

A definição de uma estratégia nacional para o Aeroporto de Beja;

A criação de uma plataforma logística associada ao aeroporto;

A ligação ferroviária ao aeroporto;

A captação de transporte de passageiros e carga;

A articulação com o Porto de Sines;

A articulação com o Alqueva e o sector agro-industrial;

A utilização do aeroporto como instrumento de desenvolvimento regional.

8. 7. Comunicações e transição digital

A nível das comunicações e transição digital o PCP entende como necessárias as seguintes medidas:

Cobertura universal de rede móvel de qualidade;

Aceleração da expansão da fibra óptica;

Garantia de acesso à internet de elevada capacidade em todas as freguesias;

Reforço das redes 5G;

Melhoria das comunicações em zonas rurais e isoladas;

Utilização das redes digitais para aproximar serviços públicos das populações.

Apoio à transição digital das micro, pequenas e médias empresas.

9. Protecção Civil, socorro e segurança das populações

9.1. Protecção Civil e segurança das populações

A protecção civil e a segurança das populações constituem responsabilidades fundamentais do Estado e exigem uma política pública assente na prevenção dos riscos, no ordenamento do território, na preparação e capacidade de resposta dos meios de socorro e na protecção da vida e dos bens das populações.

As características territoriais do Alentejo, a dispersão dos aglomerados populacionais, a extensão das áreas rurais, a existência de importantes complexos industriais e portuários e a diversidade dos riscos naturais e tecnológicos colocam exigências acrescidas à organização e funcionamento da Protecção Civil na Região.

Uma correcta política de Protecção Civil deve privilegiar a prevenção e preparação para situações de emergência, garantindo uma capacidade permanente de intervenção, de socorro e de apoio às populações, incluindo nas localidades rurais e de menor densidade populacional. Para tal é indispensável uma rede de serviços públicos de proximidade, como nas áreas da saúde, educação e segurança social

Uma política que assegure verdadeiramente a protecção e a segurança das populações deve integrar a Protecção Civil nos diferentes instrumentos de planeamento e ordenamento do território; reorganizar a estrutura em função dos tipos de risco na região, definindo os recursos necessários particularmente no sector dos Bombeiros.

9.2. Bombeiros

O PCP defende o reforço do financiamento público das associações humanitárias de bombeiros e dos corpos de bombeiros da região, assegurando os meios humanos, financeiros e materiais necessários ao cumprimento das suas missões de socorro e protecção das populações. Impõe-se a concretização de um programa de modernização e renovação dos equipamentos e instalações, contemplando veículos de combate a incêndios rurais e urbanos, ambulâncias, equipamentos de protecção individual, meios de comunicação, equipamentos de salvamento e outros recursos indispensáveis à actividade operacional. O PCP defende o reforço dos direitos e regalias dos bombeiros, a valorização do voluntariado, a protecção social dos seus profissionais e a criação de condições para o recrutamento e renovação dos efectivos, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço prestado às populações.

9.3. Prevenção de riscos e catástrofes

O PCP defende o reforço do investimento público na prevenção e resposta a cheias, inundações, tempestades, fenómenos meteorológicos extremos e outros riscos naturais, assegurando a identificação das áreas vulneráveis e a concretização das medidas de prevenção e protecção necessárias. É indispensável desenvolver intervenções de conservação e manutenção das linhas de água, melhoria das redes de drenagem pluvial, estabilização de zonas de risco e prevenção das consequências dos fenómenos meteorológicos extremos, garantindo a articulação entre as entidades responsáveis pelos recursos

hídricos, as autarquias locais e os serviços de Protecção Civil.

9.4 Sistema integrado de Emergência Médica

O PCP defende o reforço do Sistema Integrado de Emergência Médica no Alentejo, garantindo os meios humanos e materiais necessários a uma resposta atempada e eficaz em todo o território, independentemente do local de residência ou da distância aos principais centros hospitalares. É indispensável assegurar uma adequada distribuição territorial das ambulâncias de emergência, dos meios de Suporte Imediato e Avançado de Vida e dos restantes recursos de emergência pré-hospitalar, reforçando a capacidade de resposta nas localidades rurais e de menor densidade populacional.

9.5. Forças de segurança

O PCP defende o reforço da rede territorial das forças e serviços de segurança no Alentejo, garantindo uma presença efectiva e regular nos diferentes concelhos e freguesias, incluindo nas localidades rurais e de menor densidade populacional. É indispensável assegurar a contratação dos efectivos em falta, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais, a disponibilização de viaturas e equipamentos adequados. O PCP opõe-se ao encerramento ou desvalorização de postos territoriais da GNR que comprometa o policiamento de proximidade, a capacidade de patrulhamento e a segurança das populações.

10. Organização Administrativa, poder local e regionalização

O PCP considera que é necessário aproximar o poder político das populações, com a criação da Região Administrativa do Alentejo, o reforço da capacidade de intervenção e de meios dos municípios e freguesias, a concretização das freguesias extintas, o fomento da participação popular.

O PCP defende como um dos elementos centrais para o desenvolvimento do Alentejo, a criação e instituição da Região Administrativa do Alentejo, sem uma capital, com carácter polinucleado e baseada numa efectiva descentralização de meios e competências provindos da administração central, revertendo o processo de transferência de encargos e o processo dito de “reorganização” das CCDR.

A importância da organização administrativa não pode ser tratada como uma questão menor no desenvolvimento do Alentejo. Respeitando a sua identidade e a sua cultura, a sua identidade e a situação social, é necessário exigir maior descentralização do poder político.

Torna-se crucial o reforço da capacidade de intervenção e de meios do Poder Local incluindo os recursos financeiros e a remoção de constrangimentos à sua autonomia. O PCP defende a realização de um verdadeiro processo de descentralização, ao invés do que existe hoje, uma mera transferência de competências e encargos sem os correspondentes recursos e em áreas que se devem manter na esfera do poder central para garantir a universalidade do acesso. O PCP defende a reposição das freguesias que foram extintas e o reforço dos meios destas autarquias enquanto elemento essencial de proximidade às populações.

Estas são as propostas e soluções que o PCP apresenta para um Alentejo com futuro em forma de Manifesto. Propostas e Soluções ancoradas no conhecimento da realidade, no nosso património de luta e de intervenção e construídas no âmbito de uma profunda reflexão e de um amplo debate. São propostas e soluções pelas quais o PCP lutará de forma incessante para a sua concretização, afirmando a sua disponibilidade para o diálogo e para a convergência com todos os que aspiram a um futuro melhor no Alentejo. São propostas e soluções que apresentamos para o debate sério e construtivo em defesa dos interesses da Região. É um Manifesto que não sendo fechado, servirá de orientação para a nossa acção, e será constantemente enriquecido com as propostas e soluções que entendermos como necessárias para melhorar a resposta às necessidades e aspirações dos trabalhadores e da população.

O Alentejo pode contar com o PCP para prosseguir a luta por um Alentejo com Futuro.